

Termo de Referência 150/2023

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|----------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 150/2023 | 110511-CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA | THIAGO DA SILVA CARNEIRO | 23/10/2023 16:40 (v 7.0) |
| Status | CONCLUIDO | | |

Outras informações

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| Categoria | Número da Contratação Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; | 60090.000840/2023-37 |

1. Definição do objeto

1.1. . Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 03 (três) vagas no evento "**X Simpósio Internacional de Climatologia**", a ser realizado na modalidade presencial, na cidade de João Pessoa - PB, no período de **07 a 10 de novembro de 2023**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO | CATMAT OU CATSER | UN. | QTD. | VALOR ESTIMADO | |
|----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----|------|----------------|------------|
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| 1 | Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 03 (três) vagas no evento " X Simpósio Internacional de Climatologia ", a ser realizado na modalidade presencial, na cidade de João Pessoa - PB. | 17663 | 01 | 03 | R\$ 250,00 | R\$ 750,00 |
| CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO | | | | | | R\$ 750,00 |

- 1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O custo estimado total da contratação é de R\$ **750,00** (setecentos e cinquenta reais) conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 1.4 A presente contratação será feita por inexigibilidade de licitação nos termos da alínea f do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5 O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2023 e inicia-se com a assinatura do Termo Substitutivo de Contrato, sendo este improrrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A capacitação de servidores está regulamentada no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal.

2.2. Visto ainda que, a contratação está alinhada ao Plano Anual de Contratações - PAC 2023, com base na iniciativa do PGC /PAC nº 575/22 e no Plano de Trabalho Anual (PTA) com base na iniciativa nº 004/23 referendada no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) no item 5PE7, deste Censipam.

2.3. Cabe à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP estabelecer as ações pertinentes à Capacitação dos Servidores e Militares do CENSIPAM, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, visando a atualização e a melhoria da eficiência do serviço público e o enriquecimento intelectual da servidora no desempenho de suas atividades.

2.4. Dessa forma, a contratação em questão encontra amparo legal também na alínea f e inciso III do artigo 74, da Lei 14.133, 1º de abril de 2021, para ser realizada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, conforme transcrito a seguir:

(...)

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III – Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

2.5. Determina a Lei nº 14.133, de 2021, inciso III do art. 74, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 74 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

2.6. Com relação à contratação direta fundamentada no inciso III do art. 74, da nova Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula nº 252 do TCU:

“A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 74 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado”.

2.7. Estando presentes na situação em concreto os requisitos da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional, será regular a contratação por inexigibilidade, com fundamento no inciso III do art. 74, ainda que existam no mercado diversos profissionais ou empresas detentores de notória especialização. Isso porque, nessa hipótese não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços. A inexigibilidade decorre não da exclusividade do prestador do serviço, mas sim da sua complexidade e da impossibilidade de comparação objetiva entre os especialistas, daí porque pode a entidade, mediante justificativa fundamentada, optar pelo profissional que melhor atenda à sua necessidade.

2.8. Sob outro viés, mas também reconhecendo a inviabilidade de competição, Antônio Carlos Cintra do Amaral aduz que:

"A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."

2.9. Ademais, nessa esteira foi o posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União:

"Ou seja, a realidade brasileira hoje vivencia que mesmo nos cursos que já atingiram certa padronização, a atuação do instrutor ainda faz diferença, afetando os bons resultados almejados no treinamento. Esse fato está estreitamente relacionado com as deficiências observadas na elaboração de manuais padronizados de ensino no Brasil. A aplicação da lei deve ser compatível com a real idade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoa, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade."

2.10. Igualmente pertinente às definições e o contorno deste tipo de contratação posto na Decisão nº 439, de 1998, do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

2.11. Vislumbra-se, portanto, o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no inciso III do art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021;

2.12. Primeiramente, trata-se de serviço técnico especializado, dentre os mencionados no art. 74 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);

2.13. Em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga-horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento, instrutores, data de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação no dia previsto para o curso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;

2.14. Dessa forma ensina o Professor Jacoby: "É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição". Neste caso, a oportunidade é ditada pela própria instituição. O curso é aberto a terceiros, no tempo certo, determinado;

2.15. Ponto também merecedor de menção é o atinente ao valor cobrado pela empresa para a realização deste evento. É necessária a comprovação de que o valor pedido pela contratada encontra-se em consonância com os valores normalmente pedidos pela mesma para serviços similares em outras instituições públicas;

2.16. No caso de contratação de curso por inexigibilidade de licitação, não se exige a coleta de preços entre vários possíveis executantes, uma vez que esse critério é inviável, já que os serviços de capacitação são subjetivos, sendo que cada empresa e profissional tem o seu preço para os serviços desempenhados. A questão é saber quanto determinada empresa cobra pelos seus trabalhos, do mesmo objeto, no mercado. Essa diligência poderá ser realizada, por exemplo, através da verificação de contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições. Por conta disso, é necessário que determinado órgão interessado comprove a consulta referida, em conformidade com a jurisprudência sobre o tema. Nesse sentido, veja-se o posicionamento do TCU:

"No caso específico do treinamento de Servidores, acreditamos que o contratante deva certificar-se de que o preço seja compatível com o de outros contratos firmados no âmbito do próprio Órgão e da Administração em Geral, permitida a graduação em função da excelência do notório especialista contratado (TCU- Decisão nº 439, de 1998)."

2.17. A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação pode ser aferida por meio da proposta apresentada com o preço a ser praticado pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, Orientação Normativa AGU nº 17, de 2009. Conforme destacado pela empresa, com valor individual do evento para cada

participante de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando o valor para contratação de 03 (três) inscrições, 750,00 (setecentos e cinquenta reais), conforme proposta anexa, demonstrando assim sua publicidade e veracidade.

2.18. Para comprovação da razoabilidade do preço praticado pela empresa, e visando verificar contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições, faz-se juntar Nota de Empenho emitida em favor da contratada.

2.19. Para sustentação da notoriedade e exclusividade da empresa, foi encaminhado o atestado de capacidade técnica, demonstrando mais uma vez, sua notória especialização conforme documento anexo aos autos.

2.20. Relevante registrar que no inciso V e § 4º do art.23, da Lei nº 14.133, de 2021 determina a realização de pesquisa de preço no seguinte sentido:

(...)

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

2.21. Sendo assim, com as informações apresentadas ficou demonstrado que, uma vez preenchidos os requisitos acima, não há possibilidade de contratação do evento com as mesmas características em Escolas de Governo - vide Catálogo de cursos anexo ao processo, sendo possível à Administração realizar a contratação de empresa especializada em capacitação por intermédio de inexigibilidade de licitação, eis que os profissionais ou empresas são incomparáveis, inviabilizando a competição.

3. Descrição da solução

3.1. A contratação do evento "**X Simpósio Internacional de Climatologia**", visa atender as necessidades da Coordenação-Geral de Monitoramento Ambiental deste Censipam.

3.2. O evento será realizado pela SOCIEDADE BRASILEIRA DE METEOROLOGIA -SBMET, inscrita sob o CNPJ: 30.017.446/0001-90, situada no endereço Rua México, 41 Sala 1304 CENTRO RIO DE JANEIRO - RJ CEP: 20031-144, com valor individual do evento para cada participante de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando para 03 (três) inscrições o valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), conforme proposta anexa ao processo.

3.3. Os critérios que definiram a escolha dessa empresa foram:

3.3.1. Além de desenvolver a estratégia da organização e zelar pelo seu sucesso empresarial, compromete-se com a ética, transparência, independência e excelência técnica dos serviços prestados;

3.3.2. Ainda, por se verificar que o conteúdo programático disponibilizado na ementa do Simposio possui grande conformidade com as demandas do trabalho executado pelos servidores que solicitaram a respectiva capacitação;

3.3.3. A Sociedade Brasileira de Meteorologia foi criada em 1958 para unir os meteorologistas, regulamentar a profissão e incentivar o desenvolvimento da Meteorologia e do pessoal especializado nacional. A SBMET é uma associação de caráter técnico-científico dos profissionais meteorologistas, com duração ilimitada, sem fins lucrativos e foro na cidade do Rio de Janeiro.

3.3.4. São objetivos principais da SBMET:

3.3.4.1. Promover, incentivar e divulgar o estudo e a pesquisa da Meteorologia em todos os seus aspectos;

3.3.4.2. Promover e resguardar os direitos profissionais dos meteorologistas;

3.3.4.3. Congregar todas as pessoas que se dedicam à Meteorologia ou que por ela se interessam; e

3.3.4.4. Conduzir e incrementar relações e troca de informações técnico-científicas e profissionais com outras entidades congêneres, nacionais ou de outros países.

3.3.5. A SBMET, através da atuação dos profissionais de Meteorologia, prestam um serviço essencial à Sociedade Brasileira, uma vez que a maioria das atividades humanas dependem de um monitoramento meteorológico contínuo e eficiente, pois estes influenciam profundamente a gestão de recursos hídricos, a agricultura e pecuária, a geração de energia elétrica, a navegação aérea e marítima e diversas outras atividades.

3.3.6. O **Simpósio Internacional de Climatologia (SIC)** é um evento bienal promovido pela SBMET com a finalidade de reunir a comunidade científica e profissional do Brasil e do exterior para apresentar e discutir temas associados ao clima e seus impactos nas atividades humanas. O SIC tem o objetivo de promover, incentivar e divulgar as pesquisas na área de meteorologia e climatologia, congregando pessoas que se dedicam ou se interessam pelo tema, visando uma cooperação estreita entre os congressistas, levando a um efetivo intercâmbio de informações e de conhecimentos.

3.3.7. O SIC já é um evento consolidado junto a SBMET, diversas instituições públicas e sociedade civil. O evento aborda questões ambientais relacionadas ao clima, que são de interesse de toda comunidade, caracterizando-se como uma oportunidade para promover os estudos mais recentes desenvolvidos no meio acadêmico e as novidades tecnológicas na área de meteorologia, através da apresentação de painéis, plenárias, trabalhos científicos e operacionais, além de minicursos para estudantes, e uma feira de negócios em meteorologia e meio ambiente, com a participação de órgãos públicos e diversas empresas especializadas nesse segmento. Para o X Simpósio Internacional de Climatologia, espera-se atingir um público de 400 pessoas, e aproximadamente 200 trabalhos.

3.3.8. Vale consignar que, conforme objeto do Processo 00688.000724/2019-90, por meio da Portaria GM-MD nº 2385, de 28 de maio de 2021, o CENSIPAM foi qualificado como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT, sendo o presente evento de extrema importância para o Órgão, sob o aspecto científico e acadêmico.

3.4. Em razão do alto gabarito dos instrutores que irão palestrar no Simpósio:

Maria Marle Bandeira: Possui mestrado em Meteorologia pela Universidade Federal da Paraíba (1990) e graduação em Meteorologia pela Universidade Federal da Paraíba (1986). Com experiência de 24 anos em previsão do tempo e clima para o Nordeste do Brasil e monitoramento de dados pluviométricos. Como também em monitoramento de eventos severos (avisos meteorológicos em Sala de Situação) e Monitor de Secas.

Patrice Rolando da Silva Oliveira: Mestre em Engenharia Civil - Recursos Hídricos / Bacharel em Meteorologia. Atualmente é servidor público e ocupa o cargo na Gerência de Meteorologia e mudanças climáticas da Agência Pernambucana de Águas e Clima em Recife/PE. Atuou em diversas empresas/secretárias na área operacional de meteorologia, clima e recursos hídricos. Foi pesquisador meteorologista pela Secretária da Agricultura, Irrigação e Abastecimento (SAIA).

Meiry Sayuri Sakamoto: Possui Bacharelado, Mestrado e Doutorado em Meteorologia pela Universidade de São Paulo. Tendo desenvolvido tese sobre os sistemas convectivos de mesoescala observados na América do Sul. Atualmente é pesquisador da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) e, atualmente, responde pela Gerência de Meteorologia da Fundação. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia, atuando principalmente nos seguintes temas: meteorologia por satélites, meteorologia de mesoescala e modelagem numérica. Possui experiência em monitoramento hidroambiental e previsão de tempo e clima, principalmente, sobre o Nordeste Brasileiro. Coordena o Programa de Pesquisa em Ciências Ambientais, incluindo Meteorologia e seus impactos nos Setores de Recursos Hídricos, Agricultura e Energias (PPCA) que tem por finalidade o desenvolvimento, pela FUNCEME, de projetos de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico, que permitam ampliar o conhecimento do Semiárido Brasileiro. É professora e orientadora do Mestrado Profissional em Climatologia e Aplicações nos Países da CPLP e África da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Gilmar Bristot: Possui graduação em Meteorologia pela Universidade Federal de Pelotas(1992), especialização em Meteorologia pela Universidade Federal da Paraíba(1994) e mestrado em Meteorologia pela Universidade Federal da Paraíba(1999). Atualmente é Servidor público ou celetista da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia. Atuando principalmente nos seguintes temas:Irrigação Suplementar.

Alexandre Magno Teodosio de Medeiros: Doutor em Meteorologia, com Mestrado e Bacharelado em Meteorologia pela Universidade Federal de Campina Grande. Graduado em Licenciatura Específica em Geografia pela Universidade Vale do Acaraú - UVA/UNAVIDA. Possui mais de vinte e sete anos de experiência, na área de meteorologia e recursos hídricos com trabalhos prestados ao Governo do Estado da Paraíba, atuando nas áreas de Climatologia, Instrumentação Ambiental e Meteorológica, Previsão do Tempo e Clima, Agrometeorologia, Sensoriamento Remoto e Recursos Hídricos. Atualmente ocupa o cargo de Gerente Executivo de Monitoramento e Hidrometria da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba-AESA.

Paulo Sérgio Lucio: Graduação em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo (1987), Mestrado em Estatística pela Universidade Estadual de Campinas (1991) e Doutorado em Geofísica pelo "Institut de Physique du Globe de Paris" (1996). Pós-Doutorado no Instituto Superior Técnico de Lisboa (2001), no Centro de Geofísica da Universidade de Évora (2002-2005) e no "Laboratoire d'Océanographie et du Climat, Expérimentation et Approches Numériques" (LOCEAN) na França (2011/2012). Professor do Departamento de Estatística da Universidade Federal de Minas Gerais (1991-2002). Assessor-Técnico (colaborador sênior) do Instituto Nacional de Meteorologia (2006). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Ciências Atmosféricas e Climáticas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Investigador Científico do Centro de Geofísica da Universidade de Évora, Coordenador do Grupo de Pesquisas do CNPq sobre "Clima, Ambiente, Saúde e Educação", Professor do Bacharelado em Meteorologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Climáticas (PPgCC). Coordenador do PPgCC (2012-2016) da UFRN.

Eronildo Braga Bezerra: É Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM/UNB), com a Tese "A busca de alternativas sustentáveis: a experiência da fábrica de bacalhau da Amazônia". É Engenheiro Agrônomo, Professor de Meteorologia e Climatologia da UFAM desde 1988, atuando principalmente nos temas de Climatologia, Meteorologia, Energias Sustentáveis, especialmente Energia Solar Fotovoltaica (ESF), Amazônia e Desenvolvimento Sustentável. Exerceu mandatos de Deputado Estadual e Federal. Foi Secretário de Estado da Produção Rural no Amazonas (2007-2010; 2011-2014). Também foi Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia do MCTI (SECIS e SETEC) entre 2015 e 2016. Atualmente, na UFAM, é responsável pela disciplina de Meteorologia e Climatologia, Coordenador do Laboratório de Agroclimatologia e Sensoriamento Remoto (LASR), Coordenador do Seminário Internacional de Meteorologia e Climatologia do Amazonas, Editor Geral da Revista Científica Sustentabilidade, Líder do Grupo de Pesquisa UPEC - Unidade de Pesquisa em Energia, Clima e Desenvolvimento Sustentável e Diretor do Centro de Ciências do Ambiente (CCA). Atua em 05 Projetos de Pesquisa, sendo 04 como Coordenador e 01 como Pesquisador.

Niro Higuchi: Engenheiro Florestal (UFPR-1975), Mestre (UFPR -1978), Doutor (Michigan State University-1987) e Pós-doutorado (University of Oxford-1998). Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Laboratório de Manejo Florestal (LMF), em Manaus (AM), desde 1980, com passagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (1978 e 1979). Atua principalmente na área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Inventário e Manejo Florestal. Responsável pela disciplina de Manejo Florestal do curso de PG em Ciências de Florestas Tropicais do INPA. Membro titular da Academia Nacional de Engenharia (ANE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

José Carlos Figueiredo: Possui graduação em Meteorologia pela Universidade Federal da Paraíba (1981), mestrado em Agronomia (Agricultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em Agronomia (Agricultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). Atualmente é Meteorologista da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia Sinótica, atuando principalmente nos seguintes temas: Climatologia com radar meteorológico, Modelo de Área Limitada - MAL, Prognóstico de temperatura utilizando o stepwise, Meteorologia Aeronáutica, Mudanças climáticas regional, envolvendo temperatura, umidade, anomalia anual de chuva, jatos em baixos níveis, wind shear, velocidade do vento e chuva. Desenvolve projetos de extensão envolvendo a ciência Meteorológicas com os estudantes do Ensino Fundamental e Médio das redes municipais e estaduais. Atualmente é presidente da Sociedade Brasileira de Meteorologia - SBMET.

José Maria Brabo Alves: Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal do Pará, Mestrado e Doutorado em Engenharia Civil (Recursos Hídricos) pela Universidade Federal do Ceará. Pós-Doutorado em Ciências Atmosféricas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente exerce a função de Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Centro de Tecnologia - Departamento de Física. Exerceu a gerência da Divisão de Tempo e Clima da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. Tem experiência como Pesquisador na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia Dinâmica, Climatologia e estudos aplicados tais como: os impactos da variabilidade climática na agricultura e recursos hídricos do Nordeste do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: variabilidade sazonal e intrassazonal, previsibilidade e prognóstico sazonal, sistemas atmosféricos atuantes no Nordeste do Brasil. Tem colaborado cientificamente em orientações de Graduação e Pós-Graduação dos cursos de Ciências Físicas e Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará e de Engenharia Civil - Recursos Hídricos e Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui vários prêmios em eventos científicos e correlatos. É revisor de vários periódicos Nacionais e Internacionais, é membro colaborador do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Atualmente é Editor Chefe da Revista Brasileira de Meteorologia.

Marco Aurelio Candia Braga: Possui vasta experiência na área de Engenharia Mecânica e Industrial, com ênfase em Montagem, Manutenção e Treinamento Industrial. Vem atuando nas áreas de biogás de suinocultura, confinamento bovino, aterros sanitários e resíduos agroindustriais e agropecuários. Foi o idealizador de varios eventos nacionais que debateram a resolução 101 do CFT, no ano de 2020. Atua na área de eficiência energética e resíduos da construção civil. Acompanhou diversas cervejarias sendo montadas no País, sendo instrutor pelo SENAI-MS desde 2019. Mestre em Eficiência Energética e Sustentabilidade pela UFMS. MBA- FGV em Gestão Empresarial. Possui MBA ? IPOG em Gestão de Projetos de Engenharia, Graduado em ENGENHARIA MECÂNICA PLENA pela Universidade Santa Úrsula - RJ (1986). Membro do CREA MS desde 1986, já tendo mais de 35 anos de contribuição no sistema. Atualmente é presidente da Federação Nacional da Engenharia Mecânica e Industrial.

Lucieta Guerreiro Martorano: Graduação em Meteorologia (UFPA/1982) e Agronomia (UFRA-antiga FCAP/1987). Mestrado em Agrometeorologia (ESALQ/USP/1998) e doutorado em Fitotecnia/Agrometeorologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2007). Foi pesquisadora da Embrapa Solos/RJ entre fevereiro de 1990 a dezembro de 2008, atuando em dois mandatos como Membro do Comitê Técnico Interno (CTI), bem como em projetos de pesquisa em âmbito nacional e internacional. Colaborou na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) de 2007 a 2008, ministrando aulas e participando em coorientações no mestrado em Geomática. Foi membro do Comitê de Organização do Congresso Brasileiro de Ciência do Solo em 2008. Em 2009 foi transferida para Belém para trabalhar como pesquisadora na Embrapa Amazônia Oriental, onde permaneceu até junho de 2016, sendo transferida para Santarém para compor a equipe de pesquisadores do NAPT Médio Amazonas. Em outubro de 2021 foi designada por portaria para assumir a função de supervisora do NAPT-MA. É presidente do Conselho Curador da FIAM/UFOPA e membro do conselho deliberativo da Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET).

Maria de Souza Custodio: Atualmente é professora assistente doutora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP-Bauru. Possui bacharel em Meteorologia pela Universidade Federal de Pelotas (2004), mestrado (2007) em Sensoriamento Remoto pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado (2013) em Ciências atmosféricas pela Universidade de São Paulo (IAG/USP). Possui experiência na área de Geociências, com ênfase em Climatologia, Meteorologia Dinâmica e Sinótica. Pesquisadora colaboradora do Grupo de Estudos Climáticos (GrEC) no IAG/USP e do INCLINE Interdisciplinary CLimate INvestigation cEnter) Núcleo de Apoio a Pesquisa em Mudanças Climáticas da USP.

Luciana Figueiredo Prado: Meteorologista e Mestre em Meteorologia pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo, e Doutora em Oceanografia Física pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, com estágio-sanduiche no Laboratoire d'Océanographie et du Climat do Institut Pierre-Simon Laplace, em Paris, França. Atualmente é Docente na Faculdade de Oceanografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde desenvolve pesquisa nas áreas de Mudanças Climáticas e Ambientais, Processos de interação oceano-atmosfera, Paleoclimatologia e Paleoceanografia, com foco na América do Sul e Oceano Atlântico.

Ivan Pereira de Abreu: Possui graduação em Meteorologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1975). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Instrumentação Meteorológica.

Augusto José Pereira Filho: Bacharel em Meteorologia na USP (1984); Mestre em Meteorologia na USP (1989); PhD em Meteorologia na University of Oklahoma (1996); Livre-docente pela Universidade de São Paulo (2008); Professor Associado III (2012). Pesquisa, leciona e desenvolve projetos em Hidrometeorologia com sensoriamento remoto da atmosfera por radares meteorológicos e satélites ambientais, sistemas de medição em hidrometeorologia, modelagem numérica, sistemas de previsão hidrometeorológica e climatologia. Membro do COMFROTA-SP (2022-). Principais contribuições no âmbito da Meteorologia

Brasileira: 1) Elaboração da Proposta de Emenda Constitucional da Meteorologia e Climatologia (PEC-12); 2) Elaboração da Proposta de Política Nacional de Meteorologia e do Sistema Nacional de Meteorologia; 3) Elaboração das atribuições dos Técnicos em Meteorologia e Meteorologistas da Resolução 1010/2007 do Sistema Profissional CONFEA/CREA; 4) Elaboração das Diretrizes curriculares da Meteorologia do MEC; 5) Elaboração do novo Código de Ética profissional do CONFEA; 6) Classificação e Descrição de Atividades de Técnicos em Meteorologia e Meteorologistas - MTE e; 7) Organização de eventos científicos e cursos de atualização, extensão e aperfeiçoamento profissional pela SBMET, INPE, INMET e Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Wanderson Luiz Silva: É Meteorologista, Mestre em Meteorologia e Doutor em Engenharia Civil (Área de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é Professor Adjunto, Pesquisador e Chefe do Departamento de Meteorologia da UFRJ e Coordenador do Laboratório de Previsão de Curtíssimo Prazo e Eventos Extremos. É também Pesquisador de Pós-Doutorado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no Departamento de Geografia Física. Atua também como Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Meteorologia da UFRJ e no Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Defesa e Segurança Civil da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Conselheiro Regional Suplente para a categoria de Agronomia do CREA-RJ. Foi Profissional Pesquisador no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) entre 2014 e 2021. Atuou como Vice-Diretor Administrativo do Núcleo Regional do Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira de Meteorologia entre 2017 e 2019, como Professor Substituto de Meteorologia, Climatologia e Métodos Estatísticos na UFRJ entre 2013 e 2014, como Meteorologista Operacional na Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro entre 2012 e 2013 e como Estagiário em Furnas entre 2011 e 2012. Vem apresentando progressiva experiência em aulas, bancas examinadoras, entrevistas, minicursos, orientações, palestras, projetos de pesquisa e publicação e revisão de artigos na área de Meteorologia, com ênfase em previsão de tempo, clima e previsão climática, mudanças climáticas, hidrometeorologia, meteorologia aeronáutica, desastres naturais e geração de energia elétrica. Mantém contato permanente com instituições como UFRJ, UERJ, UFF e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para pesquisa e desenvolvimento.

Bergson Cavalcanti de Moraes: Doutor em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia, mestre Meteorologia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa e graduado em Meteorologia, pela Universidade Federal do Pará. É professor dos Institutos de geociências e de tecnologia da UFPA, professor e vice coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Risco e Desastre na Amazônia (PPGGRD) da UFPA, condecorado pelo governador do estado do Pará e comandante geral dos bombeiros-PA com a Medalha do Mérito em Defesa Civil, no grau de Cavaleiro. Foi diretor técnico da Fundação de Meio Ambiente do Estado de Roraima e coordenador operacional do Sistema de Proteção da Amazônia-SIPAM. Atuou como pesquisador da mineradora Vale S.A, professor do mestrado profissional no Instituto Tecnológico Vale, onde desenvolveu e coordenou o Sistema Integrado de Monitoramento e Previsões Meteorológicas e Hidrológicas para a Estrada de Ferro, Porto e Mina de Ferro da Vale.

3.5. O evento será ministrado com as seguintes especificações, contempladas na proposta anexa ao processo, conforme a seguir:

| | |
|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| Evento de Capacitação | "X Simpósio Internacional de Climatologia" |
| Período previsto | 07/11/2023 a 10/11/2023 |
| Horário | Variável |
| Carga Horária | 30h |
| | O Simpósio Internacional de Climatologia (SIC) é um evento já consolidado no calendário de |

| | |
|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Objetivo | eventos da comunidade científica e profissional do Brasil, tendo já celebrado nove edições bem-sucedidas pelo país. O SIC desempenha um importante papel ao fomentar e disseminar pesquisas inovadoras na área da meteorologia e climatologia. Além disso, ele congrega estudantes, acadêmicos e profissionais tanto desses campos quanto de áreas afins, estabelecendo um ambiente propício para a troca de conhecimentos e experiências. Esse evento também atrai órgãos governamentais e empresas públicas e privadas que atuam nas esferas meteorológica e ambiental, promovendo um enriquecedor intercâmbio entre a comunidade científica e profissional do Brasil. Por meio de discussões relevantes e atualizadas, o X SIC abordará o tema Clima, Meio ambiente e Desenvolvimento que estão em grande destaque na agenda global, contribuindo para a compreensão dessas questões. |
| Público Alvo | Profissionais de Meteorologia, Oceanografia, Hidrologia, Geografia, Estatística e áreas afins; - Estudantes de Graduação e Pós-Graduação das áreas citadas acima; - Servidores da Defesa Civil dos estados e municípios; - Servidores das Secretarias de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Ciência e Tecnologias e outras; - Iniciativa privada que atua na área ambiental e de monitoramento; - Membros de Sociedades Civil e outros |
| Programação Preliminar | <p>TERÇA-FEIRA – DIA 07/11/2023</p> <p>09:30 – 12:00 CREDENCIAMENTO</p> <p>09:00 – 11:00 Minicurso 1: Sistema de Alertas Meteorológicos para Defesa Civil Dr. José Carlos Figueiredo – IPMet/FC/UNESP</p> <p>12:00 – 14:00 INTERVALO PARA ALMOÇO</p> <p>14:00 – 16:30 Mesa Redonda 1 – Ensino das climatologias nas universidades Dra. Dayse Bezerra – UFPB Dra. Rebeca Luna – UFRN Dr. Lincoln Eloi de Araújo – UFPB Dr. David Mendes – UFRN (online) Moderador: Dr. Hermes Almeida – UEPB</p> <p>18:30 CERIMONIAL DE ABERTURA</p> <p>QUARTA-FEIRA – DIA 08/11/2023</p> <p>08:00 – 10:30h MESA REDONDA 2 – El-Niño 2023/2024 - Dr. Bergson Cavalcanti de Moraes – UFPA (online) - Dr. Wanderson – IGEO/UFRJ - Dr. Augusto José Pereira Filho – USP Moderação: Dr. Ivan Pereira Abreu – UFRJ</p> <p>10:30 – 11:00 Palestras: MUTUA, CREA, CONFEA</p> <p>11:00 – 12:30 Minicurso 2: Instruções para elaboração de Laudos Meteorológicos nas áreas: Civil e Judicial Dr. José Carlos Figueiredo – IPMet/FC/UNESP</p> <p>11:00 – 12:30 Apresentação de Painéis</p> <p>12:30 – 14:00 INTERVALO PARA ALMOÇO</p> <p>14:00 – 16:30 MESA REDONDA 3 – Clima, Sustentabilidade, carbono neutro e transição energética - Dra. Luciana Figueiredo Prado – UERJ (online) O que modelos numéricos e registros geológicos podem nos contar sobre a história do clima da Terra. - Dra. Lucieta Guerreiro Martorano - EMBRAPA - Dr. Marco Aurélio Candia Braga – ABEMEC (online) - Dr. José Maria Brabo Alves – UECE Moderação: Maria Custódio – UNESP/FC</p> <p>17:00 – 18:30 Minicurso 2: Instruções para elaboração de Laudos Meteorológicos nas áreas: Civil e Judicial Dr. José Carlos Figueiredo – IPMet/FC/UNESP</p> <p>17:00 – 18:30 Apresentação de Painéis</p> <p>QUINTA-FEIRA – DIA 09/11/2023</p> <p>08:00 – 10:30 MESA REDONDA 4 – CLIMA E POLÍTICA AMBIENTAL Dr. Oscar Fromento – Argentina (online) Dr. José Luiz Sanches – Espanha (online) Dr. Fernando Aguado – Espanha (online) Dr. Mário Caffera – Uruguai (online) Moderador: Dr. Lúcio Silva</p> |

| | |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <p>11:00 – 12:30 Minicurso 3: Métodos estatísticos em Climatologia utilizando o R Dr. Paulo Sérgio Lúcio</p> <p>10:30 – 12:30 Apresentação de Painéis</p> <p>12:30 – 14:00 INTERVALO PARA ALMOÇO</p> <p>14:00 – 16:30 MESA REDONDA 5 – Mudanças climáticas Dr. Niro Higuchi – INPA (online) Dr. Luiz Carlos Molion – UFAL Dr. Eronildo Bezerra – UFAM Moderação: Dr. Carlos Antônio Cabral da Silva – UFPB</p> <p>17:00 – 18:30 Minicurso 3: Métodos estatísticos em Climatologia utilizando o R Dr. Paulo Sérgio Lúcio</p> <p>16:30 – 18:30 Apresentação de Painéis</p> <p>SEXTA-FEIRA – DIA 10/11/2023</p> <p>08:00 – 10:30 MESA REDONDA 6 – Previsão Regional - Dr. Alexandre Magno T. de Medeiros – AESA - Msc. Gilmar Bristot - EMPARN - Dra. Meire Sayuri Sakamoto - FUNCEME - Msc. Patrice R. da Silva Oliveira - APAC - Msc. Anna Barbara C. de Melo - SEMAH Moderadora: Msc. Marle Bandeira</p> <p>10:00 – 12:00 Assembleia da SBMET</p> <p>11:00 – 11:30 Encerramento do evento</p> |
| Instrucional | Presencial |
| Ambiente | Auditório Professor Milton Paiva, da Universidade Federal da Paraíba. |
| Metodologia | O evento é uma oportunidade única de melhorar o networking, renovar conhecimentos, identificar tendências e atualizações da área, conhecer colaboradores para pesquisas, atividades profissionais e extensionistas. O evento é passagem obrigatória para qualquer interessado em Climatologia, além de uma excelente oportunidade para as empresas e instituições apresentarem e exporem soluções, serviços e equipamentos para um grande volume de participantes, reunidos em um ambiente confortável, seguro e de grande acessibilidade. |

3.6. O evento destina-se aos servidores relacionados abaixo:

| Nome | CPF | SETOR |
|-----------------------------------|----------------|----------|
| Deydila Michele Bonfim Dos Santos | ***.025.574-** | COPER/MN |
| Marcio Nirlando Gomes Lopes | ***.662.847-** | COPER/BE |
| Jario do Nascimento Melo | ***.774.793-** | COPER/BE |

3.7. Ressalta-se que por força da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), as informações dos servidores não poderão, em nenhuma hipótese e sob nenhuma circunstância, ser alterados, tratados, transmitidos, repassados, disponibilizados, cedidos, vendidos, emprestados, divulgados e/ou de qualquer outra forma levados a conhecimento de terceiros.

4. Requisitos da contratação

4.1. A empresa contratada deverá estar devidamente cadastrada junto ao sistema SICAF ou possuir a documentação obrigatória atualizada (INSS, Receita Federal, FGTS Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) emitida pelo TST, e estar quite em todas as certidões emitidas com base na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, emitida pelo TCU (Certidões Administração Pública Federal, disponível em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>). Deverá disponibilizar pessoal técnico qualificado ao atendimento dos serviços contratados e emitir aos servidores participantes, no final do evento, o certificado de realização do curso, com carga horária, período de realização e conteúdo programático.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista o critério de notória especialização da empresa e do instrutor, que justificam a contratação direta.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, já que não há riscos potenciais que exijam tal garantia.

4.4. Os certificados de participação serão entregues aos participantes que cumprirem o percentual mínimo de frequência de 70% de participação na programação do X SIC, pela Organizadora do evento.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Evento no formato presencial, a ser realizado no Auditório Professor Milton Paiva, da Universidade Federal da Paraíba, no endereço: *Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil CEP: 58051-900; e*

5.1.2. O evento possui carga horária de 30h, a ser realizado no período de 07/11/2023 a 10/11/2023, em horário variável, conforme consta na programação no item 3 deste TR

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.5. O agente de fiscalização anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ação de capacitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (§1º e art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

6.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ação de capacitação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ação de capacitação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ação de capacitação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.13. Após a emissão da Nota de Empenho pelo Setor responsável, o Núcleo de Contratos deste Censipam encaminhará ao contratado, para garantir a participação dos servidores na ação de capacitação, na data determinada para sua realização.

6.14. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.15. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.16. A vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2023 e inicia-se com a assinatura do Termo Substitutivo de Contrato, sendo este improrrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.17. As obrigações recíprocas, decorrentes da presente contratação, correspondem ao estabelecido neste Termo de Referência, na proposta comercial da contratada e ainda no disposto na Lei 14.133, de 2021 e demais normas pertinentes.

7. Critérios de medição e pagamento

Critérios de medição

7.1. Os resultados serão averiguados mediante:

7.1.1 Análise das fichas de avaliações a serem preenchidas pelos participantes; e

7.1.2. Atuação dos participantes em seus respectivos ambientes de trabalho.

7.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, casos e constate que a Contratada:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de referência;

7.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº14.133, de 2021.

7.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.6.1. o prazo de validade;

7.6.2. a data da emissão;

7.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.6.4. o período de prestação dos serviços;

7.6.5. o valor a pagar; e

7.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.8.1. não produziu os resultados acordados;

7.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

7.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº. 5/2017, quando couber.

Prazo de pagamento

7. 13. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal /Fatura, uma vez que os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Forma de pagamento

7.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na alínea f do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

8.2. Após o levantamento de mercado, com base na necessidade administrativa da unidade, concluiu-se pela escolha da capacitação oferecida pela SOCIEDADE BRASILEIRA DE METEOROLOGIA -SBMET, inscrita sob o CNPJ: 30.017.446 /0001-90, situada no endereço Rua México, 41 Sala 1304 CENTRO RIO DE JANEIRO - RJ CEP: 20031-144,

8.3. Os responsáveis pelas ministrações do evento possuem notória especialização no assunto, conforme especificado na proposta comercial, no site da referida empresa e nos currículos dos instrutores.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa : inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no individual de responsabilidade limitada - EIRELI** Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.3. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.4.9. Quanto à necessidade de se cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF, a contratada deverá apresentar a declaração onde atesta não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezois anos, de acordo com o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.358, de 5 de setembro de 2002.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.5. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2001, a CONTRATADA que:

8.5.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.5.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.5.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.5.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.5.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

8.5.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.5.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.5.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.5.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.6.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

8.6.2 Multa de: 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.6.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.6.4. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.6.5. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.6.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.7. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

8.9. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no item 8.13 adiante, mencionados deste Termo de referência.

8.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

8.11. Também ficam sujeitas às penalidades dos incisos III e IV do art. 156, da Lei nº14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

8.11.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.11.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.11.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

8.13. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

8.14. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.15. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.17. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

8.18. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.19. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.20. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.21. Responsabiliza-se pelo pagamento dos facilitadores e o fornecimento de material didático e de apoio para o aluno.

8.22. Responsabiliza-se pelos recursos necessários para realização do evento.

8.23. Assumir inteira responsabilidade pela execução do serviço contratado, não podendo transferi-lo a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

8.24. Fornecer os certificados aos participantes que cumprirem o percentual mínimo de frequência de 70% de participação na programação do X SIC , pela Organizadora do evento..

8.25. Zelar pela perfeita execução do serviço, objeto deste Artefato.

8.26. Realizar os treinamentos com a máxima qualidade, primando pela pontualidade do instrutor, boa didática, apresentação de aulas dinâmicas e participativas.

8.27. Comunicar com 03 (três) dias úteis de antecedência do início do evento, o cancelamento ou adiamento dos mesmos.

8.28. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste TR.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.29. Responsabiliza-se pelas inscrições dos participantes.

8.30. Exercer a fiscalização do serviço.

8.31. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

8.32. Encaminhar a nota de empenho a Contratada, quando essa for emitida.

8.33. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 750,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), conforme proposta anexa aos autos.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional

II) Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia- CENSIPAM;

III) Fonte: 1000 - Recursos Livres da União;

IV) Plano Orçamentário (PO): 0005 - Capacitação de Recursos Humanos;

V) Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168633;

VI) Natureza da Despesa: 33.90.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento; e

VII) Código do PTA/2023: 004/23 - Capacitação

11. Dados Bancários

A organizadora do evento encaminhou os dados bancários para a realização do pagamento, conforme a seguir:

Nome do Banco: Banco do Brasil;

Nome da Agência: (Agência São José) 8101-9;

Conta Corrente: 3524-6.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANA FERREIRA GONCALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/10/2023 às 17:04:08.

FABIANA NETTO GUERRA CAIXETA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/10/2023 às 10:29:19.

THIAGO DA SILVA CARNEIRO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 19/10/2023 às 11:23:21.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Enc RE Documentação(3).zip (11.95 MB)